

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Deputado paranaense, quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que o Paraná inteiro deve ter recebido muito bem o discurso patriótico do eminente conterrâneo, e que a Nação deve ter recebido de braços abertos e com os olhos voltados para o auriverde pendão da nossa Pátria as intenções cívicas e patrióticas do ilustre Deputado. Realmente, a Nação precisa ser auto-suficiente em todas as suas riquezas, e o petróleo é uma delas. E o meu Estado oferece à Nação brasileira, através do xisto pirobetuminoso, incalculável riqueza para o País e para a América. O Brasil pode, através da Petrobrás, aproveitar aquele rincão, terminando a construção da Usina de xisto pirobetuminoso para que o Brasil possa, cada vez mais rico, dizer aos países do mundo que por si só tem capacidade para si e para ajudar o resto da humanidade. Por isso, aqui compareço para dizer àquele Deputado que seu discurso humilde, é grandioso no sentido patriótico. (*Muito bem*).

**SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY** (*Para uma comunicação*) — Sr. Presidente, venho a esta tribuna para me congratular com a Casa pela aprovação, ontem à noite, do novo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Foi a primeira vez, depois da instalação do novo Governo, dentro do atual regime institucional, que a Câmara aprovou projeto do Executivo.

Quero congratular-me também com os nobres Deputados Costa Cavalcanti, que honra esta Casa e dignifica a classe militar, e Guilherme de Oliveira, que souberam conduzir muito bem esse projeto, que não foi simplesmente de aumento de vencimento mas, sobretudo, um novo Código, um novo Regimento para orientar as relações entre militares. A Casa se houve muito bem, aprovando rapidamente proposição de tanta necessidade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar à Mesa a necessidade de que o Ato Ins-

titucional que deu aos projetos do Executivo a possibilidade de tramitação em 30 dias, tenha seus prazos estendidos também às proposições que os nobres Deputados apresentam à Câmara. Sabemos, que os projetos se perdem nas gavetas das Comissões, sem solução. Se também a tramitação desses projetos fosse regulada pelo novo Regimento, teríamos muitas leis aprovadas, sem a decepção, a desilusão de muitos Deputados, que esperam meses e anos para verem seus projetos transformados em lei. Devemos acelerar os nossos trabalhos. Já no Governo passado os Deputados reclamavam que a Casa não trabalhava, o que agora o Ato Institucional vem confirmar, exigindo que as proposições tenham, aqui tramitação rápida. Por que nós, que somos da Casa, nós, os Deputados não temos também essa regalia de ver nossos projetos caminharem rapidamente? Apenas porque não se quer apertar os colegas.

Estamos diante de uma situação concreta. Devemos modificar o arcaico Regimento da Câmara, dando mais celeridade aos projetos que interessam à Nação. Precisamos evitar que Deputados que apresentaram suas proposições em tempos longínquos, ao término de seus mandatos, após 4 anos, não tenham ainda notícia de que seus projetos foram examinados, aprovados ou rejeitados.

A V. Exa. Sr. Presidente, que é um Líder na Mesa, faço este apêlo: inclua nossos projetos dentro do novo sistema. (*Muito bem*.)

**O SR. CASTRO COSTA** — (*Lê a seguinte comunicação*) — Senhor Presidente, sobremodo confortadora é a declaração recente feita pelo Presidente Castelo Branco, publicada pela imprensa de que irá governar o país de sua capital Brasília.

Talvez não seja exagero incluir Brasília entre os fatores da crise brasileira, se se considerar que nenhum chefe do Executivo, a partir de 1961 teve a real intenção de se

